



Agente do Ibama dispara contra motor que era usado em garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami, em Roraima. Foto de Alana de - 13 jan. 2024/Photomuse

Insatisfação com atuação de militares na terra yanomami persiste sob Lula

Ministra dos Povos Indígenas diz que contrato extra de aeronaves ampliará capacidade logística

João Gabriel

BRASÍLIA Apesar do reconhecimento das ações das Forças Armadas na destruição do garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami, a insatisfação com a atuação dos militares no local que existia durante o governo de Jair Bolsonaro (PL) persiste na atual gestão Lula (PT).

Documentos obtidos pela Folha e relatos de pessoas que atuam na região apontam para omissão e falta de empenho, além de desconfiança de boicote.

Quem atua no local há anos afirma, sob reserva, que a falta de empenho das Forças Armadas durante o governo Bolsonaro foi fundamental para o crescimento do garimpo no território. Essas pessoas dizem ver uma melhora na interlocução sob Lula, mas avaliam que as dificuldades persistem.

Três motivos específicos são citados por diversos envolvidos na operação para es-

sa avaliação: a negativa de suporte por falta de verba, a necessidade súbita de manutenção das aeronaves e o problema com o chamado corte do motor. Esse é o nome dado para quando, após um pouso, o motor do helicóptero é desligado para poupar combustível e depois é religado.

Agentes reclamam, por exemplo, de que chegaram a fazer operações de repressão ao garimpo ilegal no ano passado planejadas para durar o dia inteiro, mas que, já com a ação em andamento, eram avisados pelos militares de que a aeronave não poderia ser desligada. Assim, a atividade teve que durar muito menos tempo.

"Não foi possível realizar a destruição do acampamento, diante do pouco tempo disponibilizado para atuação da equipe em solo, em razão da autonomia da aeronave H6, que não pode cortar o funcionamento do motor", afirma um relatório interno da operação, de março de 2023,



obtido pela Folha.

Também sob anonimato, integrantes das Forças Armadas que atuam na região explicam que isso acontece porque os protocolos militares são muito mais rígidos que, por exemplo, os de Polícia Federal, Força Nacional, Funai ou Ibama.

O problema da manutenção súbita dos helicópteros surge em relatórios dos últimos anos das operações na TI Yanomami.

Em 2021, uma ação para destruição de garimpos foi abortada porque um helicóptero Black Hawk "despachou no meio do caminho" para Boa Vista e foi para o concerto. A aeronave ficou disponível no dia seguinte, porém, três dias depois, novamente "se encontrava em manutenção, não sendo possível operar".

Relatórios citam também operações "parcialmente executadas" ou adiadas. "Os recursos foram esgotados [...], não havendo previsão de novo aporte orçamentário", diz a Defesa em ofício de 2023, sobre entrega de alimentos.

Pessoas envolvidas nas ações questionam a necessidade de novos aportes, já que é atribuição das Forças Armadas o controle das fronteiras e a TI Yanomami fica na divisa com a Venezuela — só em 2023, foram R\$ 300 milhões

em crédito extra para a Defesa atuar na operação.

Os militares ainda problematizam qualquer aeronave não autorizada de sobrevoar o território indígena, mas mesmo assim o garimpo sobrevive graças ao apoio de aviões ilegais.

A gente acompanhou de perto a situação no governo Bolsonaro, uma comissão proposital, um plano de não combater o garimpo. Eles não conseguiram ver o garimpo ou a circulação de aeronaves ilegais como algo que afrontasse a soberania nacional", afirma Ivo Madureira, assessor jurídico do Conselho Indígena de Roraima. "No atual governo, mudou o diálogo, mas a gente ainda vê certa intenção dos militares em boicotar essas operações", diz.

"Os militares não estão na Terra Indígena há mais de 30 anos? Há mais de 30 anos o massacre yanomami acontece. Como os militares não viram?"

No domingo (21), a Hutukara Associação Yanomami divulgou nota em que relata pe-

dir por email a órgãos do governo federal, desde 18 de dezembro, autorização para voos de monitoramento neste mês, mas que não houve resposta da Aeronáutica.

De acordo com a entidade, os voos serviriam para verificar a situação das áreas afetadas pelo garimpo ilegal após diferentes alertas feitos por comunidades indígenas. Segundo o Estado-Maior da Aeronáutica, a solicitação deu entrada no sistema em 4 de janeiro e estava sendo tratada na subchefia.

"Sem resposta do pedido de autorização para os sobrevoados, a Hutukara teve que cancelar o trabalho que agora está sem previsão para acontecer", afirma a associação.

Procurada, a ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, afirmou que conta com os militares para o sucesso da operação Yanomami, o que inclui não só a destruição do garimpo, mas também a recuperação cultural e alimentar dos indígenas, com a reconstrução das roças e a descontaminação dos rios.

"A gente dependeu muito da Defesa para este apoio logístico, para as equipes chegarem, para a entrega de materiais, cestas, mas mesmo assim não foi suficiente", afirma Guajajara à Folha.

Ela lembra que agora o governo destinou mais R\$ 1,2 bilhão para a atividade. "Temos implementado um contrato extra de aeronaves para aumentar essa capacidade logística".

Em maio, o MPF afirmou que "informações preliminares" indicavam que o apoio logístico da Defesa era "limitado ao transporte aéreo, moroso no atendimento das solicitações dos agentes em atuação de campo e insu-

ficiente no tocante ao escopo da operação, impedindo a expansão das ações de repressão ao garimpo". "Tal prática já foi identificada em anos anteriores pelo MPF como uma das principais causas para o sistêmico descumprimento de ordens judiciais para repressão a invasões", completava o documento.

Os militares têm dois batalhões dentro da terra indígena para monitorar a fronteira com a Venezuela, mas mesmo assim garimpos foram criados próximos destas unidades.

Procurada, a Defesa não respondeu a reportagem.

Como noticiou a Folha, relatórios mostram que a falta de empenho das Forças Armadas enfalhou 34 mil cestas básicas que deveriam ter sido entregues aos indígenas em Roraima. Ao mesmo tempo, o fechamento do espaço aéreo no território pela FAB (Força Aérea Brasileira) não conseguiu inibir o ir e vir de aeronaves ilegais de garimpeiros.

Chuva no Rio alaga centro, e SP tem mais de 500 desabrigados

Leonardo Augusto e Nicla Pamplona

BELO HORIZONTE E RIO DE JANEIRO Um temporal atingiu a cidade do Rio de Janeiro na madrugada deste domingo (21), provocando deslizamentos, queda de árvores e alagamentos inclusive na avenida Brasil, uma das principais da cidade, na altura da Vila do João, sentido zona oeste.

As fortes chuvas no estado causaram danos no pavimento de trecho da rodovia Presidente Dutra na altura da Serra das Araras, interrompendo o fluxo de veículos entre Rio e São Paulo.

Nasmanha passada, as chuvas que atingiram a cidade e a região metropolitana provocaram ao menos 12 mortes conforme informações do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, na ilha do Governador.

O município de Belford Roxo, um dos afetados pelos temporais da semana passada, também teve ruas alagadas na manhã de sábado.

Na Dutra, o tráfego sentido

trou no estágio três de alerta para chuvas, dentro de escala que vai até cinco. A fase três aponta que já há ocorrências de chuva impactando a vida da população.

Em vídeo gravado no Centro de Operações, o prefeito Eduardo Paes (PSD), pediu à população que evitasse deslocamentos em caso de chuvas fortes. "O pessoal está nas ruas desde a madrugada tentando minimizar esse impacto [das chuvas da madrugada]", disse.

Um balanço da prefeitura divulgado às 12h mostrava outros seis alagamentos em ruas importantes da capital, além do registrado na avenida Brasil. Houve também dois deslizamentos, na Paróquia da Comunidade da Bahiônia, e um boião d'água na Estrada do São João, na Ilha do Governador.

O município de Belford Roxo, um dos afetados pelos temporais da semana passada, também teve ruas alagadas na manhã de sábado.



Mulher atravessa enchente na rua Camerino, no centro do Rio

João Leonardo/Thomaz/Ag. O Globo

São Paulo foi interrompida na Serra das Araras por volta das 10h. Pouco antes do meio-dia, o trecho passou a operar em sistema pare e siga, retornando o fluxo de veículos rumo ao alto da serra.

Pela manhã, o tempo me-

horou e, às 09h25, o estágio de alerta da cidade foi reduzido para o nível dois.

Em São Paulo, as fortes chuvas que atingiram o estado desde a última quinta-feira (18) já deixaram quatro mortos e mais de 500 pessoas de-

sabrigadas ou desalojadas. Ao todo 17 municípios foram afetados, com 312 quedas de árvores e 27 de postes de energia até às 19h deste domingo.

Segundo a Defesa Civil, 168 (16) já deixaram quatro mortos e mais de 500 pessoas de-

maior acumulado de chuva no sábado (22). A cidade teve 131 mm de precipitação e teve pontos de alagamento em ao menos sete bairros. Também teve queda de árvores e duas casas ficaram alagadas.

Em Sorocaba, no interior paulista, as chuvas da madrugada provocaram alagamentos de vias, moradias e extravasamento de córregos e do rio do Peixe. A cidade é uma das que vão receber ajuda humanitária do estado, assim como Sorocaba, onde o pátio inferior do Hospital Gpec (Grupo de Pesquisa Assistência ao Câncer Infantil) ficou alagado.

Quatro pessoas morreram. Na tarde de sexta, mãe e filha se afogaram após serem arrastadas pela chuva em Lameira, na região de Campinas.

Já na madrugada de sábado, uma idosa, de 74 anos, morreu em Sorocaba, também no interior, após o carro em que estava arrematado pelo temporal. Na tarde de sábado, uma mulher de 62 anos morreu ao ser atingida por um raio em Praia Grande, no litoral.